

STJ00113693

MARIO DAVI BARBOSA

DO ABSOLUTISMO PATERNO E DE TANTOS TRIBUNAIS CASEIROS

DIREITO PENAL E CASTIGOS AOS ESCRAVOS NO
BRASIL (1830-1888)

Londrina/PR
2021


THOTH
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Barbosa, Mario Davi.
Do absolutismo paterno e de tantos
tribunais caseiros: Direito penal e
castigos aos escravos no Brasil (1830-
1888). / Mario Davi Barbosa.
Londrina, PR: Thoth, 2021.

201 p.
Bibliografias: 187-201
ISBN 978-65-5959-196-1

1. Escravidão. 2. Direito Penal. 3. Castigos
Escravidão. 4. História do Direito. 5.
Racismo. I. Título.

CDD 341.5

Diagramação e Capa: Editora Thoth
Revisão: Andresa Silveira Esteves
Editor chefe: Bruno Fuga
Coordenador de Produção Editorial: Thiago
Caversan Antunes
Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur
Bezerra de Souza Junior

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Penal : 341.5

Conselho Editorial (Gestão 2021)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior
• Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur
Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto
Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart
Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof.
Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio
Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr.
Guilherme Wunsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão
• Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp.
Marcelo Pichioli da Silveira • Prof.ª. Dra. Marcia
Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham
Desiderato • Prof.ª. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa
Esp.ador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes •
Prof. Dr. Zulmar Fachin

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	7
AGRADECIMENTOS.....	11
PREFÁCIO.....	17
INTRODUÇÃO.....	23

CAPÍTULO 1

SOB “A PERPÉTUA VIGILÂNCIA DOS FEITORES E ADMINISTRADORES OU SENHORES [...] MAS ESTA VIGILÂNCIA SERIA ILUSÓRIA SEM OS CASTIGOS”: PATRIARCADO, DISCIPLINA E PUNIÇÃO AOS ESCRAVOS.....	33
1.1 A punição como prerrogativa de senhores: jurisdição privada e exercício do direito de castigar.....	36
1.2 Castigos físicos e disciplina de trabalho: existirá limites ao ferro e ao açoite?.....	45
1.3 As Câmaras Municipais: Posturas e regramentos locais na repressão criminal dos escravos.....	66
1.4 Os Códigos de Posturas Municipais na regulação penal das condutas dos escravos.....	68

CAPÍTULO 2

“ESTA MANCHA NEGRA [...] ESTENDEU-SE À LEGISLAÇÃO”: DIREITO PENAL, ESCRAVIDÃO E O DUPLO NÍVEL DE LEGALIDADE.....	81
2.1 O status jurídico do escravo na Constituição de 1824 e sua implicação na codificação criminal.....	86
2.2 Um Código liberal para conservadores: O Código Criminal de 1830.....	94
2.3 Punição escrava e duplo nível de legalidade.....	97
2.4 Os açoites como pena pública aos escravos.....	103

2.5 Demandas por repressão e controle escravo e a consolidação do duplo nível de legalidade no Brasil oitocentista: o crime de insurreição e a lei nº 4 de 10 de junho de 1835	111
--	-----

CAPÍTULO 3

“QUE SEJA MODERADO, E QUE EM QUALIDADE NÃO SEJA CONTRÁRIO ÀS LEIS EM VIGOR”: A DOCTRINA CRIMINAL DOS CASTIGOS ESCRAVISTAS.....	127
--	-----

3.1 Pena e castigo: alguns apontamentos	131
3.2 A excludente de ilicitude do art. 14, § 6º do Código Criminal de 1830.....	133
3.3 A doutrina dos penalistas sobre os castigos físicos e o art. 14, § 6º.....	149
3.4 Jeremy Bentham e o poder doméstico.....	160
3.5 Castigos escravistas para ventres livres: liberdades precárias	163
3.6 As leis do império e o império das leis: a crise da escravidão entra no campo criminal.....	168

CONCLUSÃO	183
-----------------	-----

REFERÊNCIAS.....	189
------------------	-----

Fontes	189
Manuais de agricultura	189
Tratados de economia cristã.....	189
Legislação Nacional e documentos do parlamento	190
Posturas Municipais.....	190
Legislação internacional.....	191
Doutrina jurídica	191
Obras	192
Bibliografia.....	193